

# REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



# JORNAL OFICIAL

I Série — Número 16

Segunda-feira, 3 de Julho de 1978

## SUMÁRIO

### SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE

#### Decreto Regulamentar Regional n.º 1/78/M:

Aprova o Estatuto do Centro Regional de Saúde Pública da Região Autónoma da Madeira.

#### Decreto Regulamentar Regional n.º 2/78/M:

Regulamenta a estrutura orgânica do Centro Regional de Segurança Social.

### SECRETARIAS REGIONAIS DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE E DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

#### Portaria n.º 42/78:

Define o regime de Previdência Social das «Bordadeiras de Casa» da Região Autónoma da Madeira.

### SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE

#### Decreto Regulamentar Regional n.º 1/78/M

de 28 de Junho

O Decreto Regional n.º 3/78/M, de 13 de Fevereiro, no reconhecimento da necessidade de maior eficiência dos serviços de saúde pública e numa perspectiva de acção integrada, criou o Centro Regional de Saúde Pública da Região Autónoma da Madeira.

Cumprindo, entretanto, regulamentar a sua estrutura orgânica, nos termos da alínea b) do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, o Governo decreta o seguinte:

#### ESTATUTO DO CENTRO REGIONAL DE SAÚDE PÚBLICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Artigo 1.º — 1 — O Centro Regional de Saúde

de Pública é um complexo funcional de órgãos e serviços dependentes da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais que visam a promoção e coordenação das acções tendentes ao tratamento de doentes fora do âmbito hospitalar e, principalmente, a medicina preventiva e a educação sanitária e ainda a concessão dos benefícios sociais inerentes às situações de doença.

2 — Exercerá a sua acção através dos serviços que lhe são próprios e dos centros de saúde concelhios e subconcelhios existentes ou a criar na Região, que, para efeitos, ficarão na sua dependência directa.

Art.º 2.º — 1 — Na sede de cada concelho, e numa perspectiva de acção integrada, funcionará um centro de saúde concelhio, que integrará todas as actividades de saúde pública da respectiva área e ainda aquelas que nela venham a ser reconhecidas como necessárias.

2 — Poderão também ser criados centros de saúde subconcelhios, com os mesmos objectivos previstos no número precedente, com acção circunscrita a uma área limitada dentro do respectivo concelho.

Art.º 3.º — Compete, nomeadamente, ao Centro Regional de Saúde Pública:

- a) Fazer a aplicação e velar pelo cumprimento das normas técnicas dos serviços a seu cargo, contribuindo para a definição das mesmas sempre que solicitado;
- b) Dinamizar, orientar e coordenar a actuação dos serviços a seu cargo, tendo em vista os objectivos a alcançar e a sua maior eficiência e rentabilidade e ainda a uniformidade de actuação;
- c) Assegurar a utilidade racional e equilibrada dos meios humanos e materiais ao seu dispor;

- d) Propor as medidas que julgue adequadas para a melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços a seu cargo;
- e) Fornecer aos demais departamentos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais os dados técnicos de avaliação que lhe forem solicitados e colaborar nas iniciativas que esses departamentos tiverem por necessárias;
- f) Elaborar os programas de acção, os orçamentos e os relatórios de actividade e prestar contas da sua actuação;
- g) Colaborar com os demais departamentos oficiais e não oficiais sempre e nas condições que lhe forem determinadas directa ou indirectamente pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Art.º 4.º — 1 — Constituem receitas do Centro:

- a) Comparticipações do orçamento geral da Região;
- b) Rendimentos de bens próprios;
- c) Subsídios, donativos, legados ou heranças;
- d) Outras receitas.

2 — O programa de financiamento do Centro de Saúde Pública depende de aprovação da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que vigiará pelo seu cumprimento e pelas alterações que venham a ser necessárias.

Art. 5.º — 1 — O Centro terá pessoal dirigente, técnico, administrativo e auxiliar, que constará do quadro do pessoal a aprovar nos termos da legislação em vigor.

2 — O pessoal do Centro, bem como o dos centros concelhios nele integrados, fará parte de um quadro único, ainda que a sua distribuição e condição de transferência obedeçam a critérios previamente fixados.

3 — O preenchimento dos lugares obedecerá às regras de nível nacional até à entrada em vigor do Estatuto Político-Administrativo da Região.

4 — A reclassificação de pessoal obedecerá a critérios objectivos a definir oportunamente para

os casos em que não existam normas a nível nacional, sendo, porém, salvaguardados os direitos adquiridos, conforme o artigo 4.º do Decreto Regional n.º 3/78/M.

Art.º 6.º — 1 — O Centro é aberto a toda a população, sem diferenciação pela sua situação económica ou social, a qual deverá, porém, acatar as normas em vigor quanto à disciplina e actuação dos serviços.

2 — Os serviços prestados serão retribuídos segundo os preços em vigor, que terão sempre em conta a capacidade económica dos utentes e os benefícios sociais que lhes sejam reconhecidos.

Art.º 7.º São órgãos da direcção do Centro:

- a) O conselho de administração;
- b) O conselho de gerência.

Art. 8.º — 1 — O conselho de administração tem a seguinte composição:

- a) Um representante da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que preside;
- b) Os membros do conselho de gerência;
- c) Representantes, até número de quatro, das assembleias municipais dos concelhos;
- d) Um representante da assembleia regional.

2 — Os membros referidos nas alíneas c) e d) do número anterior são designados, por um mandato, renovável, de dois anos, pelas entidades que representam, às quais compete também a sua substituição e recondução.

Art. 9.º — 1 — O conselho de administração pode reunir desde que esteja presente a maioria dos seus membros em exercício.

2 — As deliberações são tomadas por maioria simples de votos dos presentes, tendo o presidente voto de qualidade.

3 — As tomadas de decisão do conselho são deliberativas quando incidirem em assuntos da sua competência inscritos na ordem de trabalhos.

4 — A ordem de trabalhos só pode ser alterada por unanimidade.

Art. 10.º — 1 — Compete ao presidente a convocação das reuniões e a elaboração da respectiva ordem de trabalhos.

2 — O presidente não pode recusar a convocação que lhe for pedida pelo conselho de gerência ou pelo mínimo de um terço dos membros do conselho de administração.

3 — Qualquer dos membros do conselho de administração pode pedir a inscrição de assuntos na ordem de trabalhos, mas, quando houver dúvida quanto à competência do conselho, a este compete decidir.

Art.º 11.º O conselho de administração reunirá ordinariamente de três em três meses, podendo fazer as demais reuniões que se mostrem necessárias.

Art. 12.º — 1 — Os membros referidos nas alíneas *a)* e *b)* do artigo 7.º terão direito a senhas de presença quando as reuniões tenham lugar fora das horas de serviço.

2 — Os membros do conselho de administração referidos nas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 7.º terão direito ao abono de senhas de presença.

3 — Os membros previstos nas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 7.º têm também direito ao abono de despesas de deslocação e ajudas de custo quando tiverem de se deslocar, segundo o montante que for devido ao escalão mais elevado da função pública.

4 — As despesas previstas neste artigo são suportadas pelo orçamento do próprio Centro.

Art. 13.º — 1 — Compete ao conselho de administração:

- a)* Apreciar e aprovar os planos de acção anuais e plurianuais para o Centro;
- b)* Apreciar e aprovar os correspondentes orçamentos anuais e plurianuais e suas alterações;
- c)* Apreciar e aprovar a conta de gerência e o relatório anual do Centro;
- d)* Emitir parecer sobre o desenvolvimento da gerência, nomeadamente quanto aos balanços trimestrais de execução e rendimento dos serviços, podendo examinar o

movimento estatístico assistencial e outros orçamentos que traduzam o funcionamento global do Centro;

- e)* Emitir parecer sobre a criação ou extinção de serviços e sobre a alteração significativa dos mesmos;
- f)* Emitir parecer sobre a realização de empréstimos, aquisição e alienação de imóveis, nos casos em que for legalmente viável, sob proposta do conselho de gerência;
- g)* Emitir parecer sobre os assuntos que lhe forem apresentados pelo conselho de gerência, desde que os mesmos respeitem à competência deste órgão.

2 — A competência do conselho de administração não pode em caso algum ser delegada.

3 — Em caso algum poderá o conselho de administração fazer a aplicação das medidas que definir.

4 — O conselho de administração tem livro de actas próprio donde constarão todas as deliberações por ele tomadas.

5 — Poderão ser chamados a participar nas reuniões técnicos especializados em assuntos respeitantes ao sector.

Art.º 14.º O Conselho de gerência é constituído por um médico, um enfermeiro e um elemento administrativo, nomeados pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, para um mandato de três anos, renovável.

Art.º 15.º Compete ao conselho de gerência orientar, coordenar e controlar o funcionamento de todos os serviços, promovendo a actualização contínua da sua estrutura e organização e tomando ou propondo, as medidas necessárias para que as finalidades atribuídas na lei sejam prosseguidas em situação económica e financeira equilibrada.

Art.º 16.º — 1 — Compete-lhe, em especial:

- a)* Preparar os planos gerais de actividade do Centro, incluindo os respectivos orçamentos, e submetê-los à apreciação do conselho de administração e das instâncias de tutela quando for legalmente exigido;

- b) Adoptar e propor as disposições necessárias à melhoria do funcionamento dos serviços e ao pleno aproveitamento da capacidade dos recursos materiais e humanos do Centro;
- c) Propor a criação, modificação e extinção dos serviços;
- d) Assegurar a regularidade da emissão e cobrança das receitas e do pagamento das despesas;
- e) Tomar as providências necessárias à conservação do património;
- f) Elaborar os relatórios de actividades do Centro, sendo obrigatória a apresentação anual do relatório de exercício;
- g) Manter a população informada quanto ao funcionamento dos serviços e aos objectivos dos mesmos;
- h) Autorizar a introdução de novos produtos no consumo do Centro, desde que deles não resultem incidências qualitativas ou económicas ou alterações do formulário de medicamentos superiormente autorizado, numa perspectiva de normalização de produtos;
- i) Autorizar as aquisições por concurso ou por compra directa até aos limites legalmente permitidos, procedendo às adjudicações que não seja possível inscrever em planos;
- j) Nomear as comissões de escolha de bens ou produtos de consumo com prévia audiência dos serviços utilizadores dos mesmos;
- l) Preparar planos de investimento, submetê-los ao conselho de administração e assegurar a execução dos que forem aprovados;
- m) Autorizar as despesas com obras de construção, beneficiação, ampliação ou remodelação de instalações quando obedçam a planos devidamente autorizados pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais;
- n) Autorizar as despesas de conservação e reparação quando o seu montante não exceda 400 contos;

- o) Autorizar a substituição de equipamento insusceptível de reparação até ao montante de 400 contos.

2 — As atribuições constantes das alíneas d) e e) podem ser delegadas no membro administrativo do conselho de gerência.

3 — As atribuições constantes das alíneas c) n) e o) podem ser delegadas no membro administrativo até ao montante de 200 contos.

Art.º 17.º — 1 — Os membros do conselho de gerência são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício das suas funções, com excepção daquelas em que não tiverem intervindo na resolução ou as desaprovarem com declaração na acta da respectiva reunião.

2 — O conselho de gerência representará o Centro em juízo e fora dele.

Art.º 18.º — 1 — O conselho de gerência será presidido pelo elemento médico que tem voto de qualidade e reunirá obrigatoriamente uma vez por semana.

2 — As reuniões não poderão efectuar-se sem a presença da maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

3 — O presidente será substituído nos seus impedimentos e ausências por outro membro do conselho de gerência por ele nomeado.

4 — As deliberações do conselho serão transcritas em acta.

Art.º 19.º — 1 — São órgãos de apoio técnico:

- a) Direcção dos Serviços Médicos;
- b) Direcção dos Serviços de Enfermagem;
- c) Direcção dos Serviços Administrativos.

2 — Enquanto não forem criadas as carreiras médicas de saúde pública, a Direcção dos Serviços Médicos será presidida por um médico coadjuvado por dois médicos-adjuntos.

3 — A Direcção dos Serviços de Enfermagem será presidida por um enfermeiro de saúde pública com categoria não inferior à de chefe, coadjuvado por dois adjuntos com categoria não inferior à de

subchefe ou por profissionais que desempenhem funções equivalentes.

4 — A Direcção dos Serviços Administrativos será presidida pelo responsável dos serviços administrativos.

5 — As direcções de serviços respondem pela orientação, coordenação e eficiência dos respectivos departamentos.

6 — Serão nomeados pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais por um período de três anos, renovável.

Art.º 20.º — 1 — São órgãos consultivos:

- a) Conselho técnico médico;
- b) Conselho técnico de enfermagem;
- c) Conselho técnico administrativo.

2 — O conselho técnico médico será constituído pelos elementos da Direcção dos Serviços Médicos, cujo director presidirá, e pelos médicos responsáveis pelos centros de saúde concelhios e médicos coordenadores das valências especializadas de saúde pública.

3 — O conselho técnico de enfermagem é composto pela Direcção dos Serviços de Enfermagem do Centro, presidido pelo enfermeiro-chefe e pelos responsáveis dos centros concelhios e das valências de saúde pública.

4 — O conselho técnico administrativo terá a seguinte composição:

- a) Membros da Direcção dos Serviços Administrativos, cujo responsável preside;
- b) Responsáveis pelos sectores administrativos do Centro;
- c) Responsáveis administrativos pelos departamentos especializados do Centro;
- d) Responsáveis administrativos pelos centros concelhios.

5 — Os conselhos técnicos terão funções meramente consultivas e reunirão sempre que convocados pelo conselho de gerência, por sua iniciativa ou a pedido da respectiva direcção, ou dos

serviços interessados, e pronunciam-se validamente através da maioria dos seus membros.

Art.º 21.º Compete ao conselho técnico médico:

- a) Pronunciar-se sobre o rendimento dos serviços médicos e propor o que julgar útil para a sua melhoria;
- b) Fomentar a cooperação entre os serviços de acção médica e entre estes e os restantes;
- c) Propor as medidas que considere oportunas para o aperfeiçoamento profissional do pessoal médico;
- d) Apreciar os aspectos do exercício da medicina praticada nos centros de saúde que se prendam com a deontologia médica;
- e) Dar parecer, quando consultado pela direcção médica ou órgãos de gestão, sobre as queixas e reclamações que sejam formuladas;
- f) Dar parecer, quando solicitado, sobre o plano de férias do pessoal médico;
- g) Dar parecer, quando solicitado, sobre a admissão, fixação e transferência do pessoal médico;
- h) Apreciar as regras quanto à elaboração do relatório anual.

Art.º 22.º Compete ao conselho técnico de enfermagem:

- a) Dar parecer sobre as medidas necessárias a um melhor funcionamento dos serviços de enfermagem dos centros;
- b) Dar parecer, quando solicitado, sobre a programação, coordenação e avaliação das actividades de enfermagem dos centros de saúde;
- c) Dar parecer, quando solicitado, sobre a necessidade de admissão, fixação e transferência do pessoal de enfermagem, nomeadamente de chefia;
- d) Propor as medidas necessárias à actualiza-

ção, valorização e aperfeiçoamento do pessoal de enfermagem;

- e) Dar parecer, quando solicitado, sobre o plano de férias do pessoal de enfermagem;
- f) Dar parecer sobre os demais assuntos que lhe sejam postos pela Direcção dos Serviços de Enfermagem e pelos órgãos de gestão do Centro;
- g) Apreciar os aspectos de exercício de enfermagem praticados nos centros de saúde que se prendam com a deontologia profissional;
- h) Dar parecer, quando consultado pela Direcção dos Serviços de Enfermagem ou órgãos de gestão, sobre as queixas e reclamações que sejam formuladas;
- i) Apreciar as regras quanto à elaboração do relatório anual.

Art. 23.º Compete ao conselho técnico administrativo:

- a) Dar parecer sobre os assuntos com implicação nos serviços de apoio geral, procurando obter a maior eficiência e rentabilidade;
- b) Apreciar as regras quanto à elaboração do relatório anual e quanto ao funcionamento dos serviços de apoio geral;
- c) Estudar formas de colaboração com os demais sectores, por forma que as actividades de apoio administrativo se processem com correcção e eficiência;
- d) Apreciar o plano de acção de formação do pessoal dos serviços de apoio geral com vista à sua valorização;
- e) Emitir parecer sobre as necessidades de admissão e sobre os critérios de transferência do pessoal dos serviços de apoio geral;
- f) Dar parecer, quando solicitado, sobre o plano de férias do pessoal de apoio geral;
- g) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pela Direcção dos Ser-

viços Administrativos e pelos órgãos de gestão do Centro.

Art. 24.º — 1 — O Centro terá duas repartições administrativas, que integram os seguintes sectores de actividades:

Secretaria;  
Pessoal;  
Aprovisionamento;  
Contabilidade;  
Tesouraria;  
Reembolsos;  
Migrantes.

2 — Terá também um gabinete técnico para apoio nas tarefas que lhe são próprias.

3 — A estrutura e organização destes sectores serão definidas no regulamento interno do Centro.

Art.º 25.º — 1 — São atribuições genéricas dos centros de saúde concelhios:

Cuidados médicos de base;  
Serviço de urgência;  
Saúde materna e planeamento familiar;  
Saúde infantil;  
Profilaxia das doenças transmissíveis;  
Estomatologia e profilaxia da cárie dentária;  
Oftalmologia (profilaxia da cegueira);  
Otorrinolaringologia (profilaxia da surdez);  
Saúde mental;  
Saúde escolar;  
Medicina do trabalho;  
Higiene do meio;  
Cuidados domiciliários;  
Profilaxia do cancro;  
Sanidades dos portos e aeroportos;  
Transporte de doentes.

2 — Poderão existir nos centros concelhios serviços de internamento, que funcionarão como unidades de apoio aos serviços de medicina hospitalar.

3 — As valências técnicas a atribuir a cada centro concelho ou subconcelho dependerão da sua situação geográfica, facilidades de acessos e distância em relação à cidade do Funchal e ainda da população abrangida.

Art. 26.º Os centros de saúde concelhios e subconcelhos, como unidades primárias de promoção da saúde e prevenção da doença, actuam

prioritariamente junto das populações, devendo organizar-se e dispor de meios necessários ao envio dos utentes para serviços mais evoluídos, sobretudo no campo da medicina curativa, sem soluções de continuidade.

Art. 27.º Os centros de saúde concelhios e subconcelhios deverão ter permanentemente actualizados os ficheiros médicos e sanitários da população por eles coberta, cujo resumo acompanhará o respectivo interessado quando tenha de ser assistido em local diferente, com vista a possibilitar o seu conhecimento e para recolha de novos dados de actualização, que serão registados após o regresso.

Art. 28.º Na identificação dos utentes deverá ser tomada em conta a eventual existência de ficha médico-sanitária em local diferente, com vista à sua transferência, quando for caso disso, ou ao conhecimento do seu conteúdo, para efeitos do disposto no artigo precedente.

Art. 29.º — 1 — Os centros de saúde concelhios funcionarão como unidades técnicas dependentes do Centro Regional de Saúde Pública e terão a dirigi-los três elementos, sendo um médico, outro de enfermagem e outro administrativo, que responderão directamente perante o conselho de gerência.

2 — Os centros de saúde subconcelhios, quando não autónomos, constituem subunidades que funcionam na dependência do respectivo centro de saúde concelhio.

Art. 30.º O Laboratório Distrital do Funchal passará a ter a designação de Laboratório de Saúde Pública e funcionará como unidade de apoio aos centros de saúde.

Art. 31.º Sempre que a situação o aconselhe, o conselho de gerência solicitará às assembleias municipais parecer sobre as questões de interesse para o respectivo concelho, nomeadamente quanto à criação, alteração e extinção dos serviços de saúde.

Art. 32.º São transferidas para o Centro as posições contratuais assumidas pelos estabelecimentos e serviços que nele ficam integrados.

Art. 33.º As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente diploma serão resolvidas por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Art. 34.º O presente diploma vigorará a título experimental pelo prazo de um ano, findo o qual sofrerá as adaptações que a experiência determinar.

Art. 35.º O presente diploma entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*. — O Secretário Regional dos Assuntos Sociais, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz de Mendonça*.

Assinado em 2 de Junho de 1978.

Publique-se.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

#### **Decreto Regulamentar Regional n.º 2/78/M**

de 28 de Junho

O Decreto Regional n.º 5/78/M, de 24 de Fevereiro, no reconhecimento da necessidade de maior eficiência dos serviços de segurança e numa perspectiva de acção integrada, criou o Centro Regional de Segurança Social.

Cumprindo, entretanto, regulamentar a sua estrutura orgânica, nos termos da alínea b) do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, o Governo Regional decreta o seguinte:

#### **ESTATUTO DO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Artigo 1.º — 1 — O Centro Regional de Segurança Social é um complexo funcional de órgãos e serviços, dependentes da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que visam a promoção e coordenação das acções tendentes ao equilíbrio ou reequilíbrio económico-social das pessoas em situação de carência, por razões de idade, do meio familiar, da situação económica, incluindo o desemprego involuntário, e de incapacidade física ou psíquica, sem prejuízo da protecção específica que lhes possa ser prestada por outros organismos de alcance social.

2 — Exercerá a sua acção através dos serviços que lhe são próprios e dos centros concelhios de segurança social que, para o efeito, ficarão nele integrados.

Art. 2.º — 1 — São atribuições genéricas do Centro:

- a) Gerir de forma racional e equilibrada os estabelecimentos e serviços a seu cargo;
- b) Assegurar a criação das condições necessárias à progressiva dinamização das acções tendentes à participação institucionalizada na organização e funcionamento dos sistemas unificados de segurança social;
- c) Promover os trabalhos necessários ao conhecimento das carências das populações em matéria de segurança social, tendo em vista a valorização da família e a integração social dos indivíduos;
- d) Activar a participação das populações no processo global de desenvolvimento em ordem ao bem-estar individual e da comunidade;
- e) Orientar, coordenar, apoiar e dinamizar as actividades das instituições, estabelecimentos e serviços integrados no sector
- f) Participar, na medida em que lhe for solicitado, na definição dos objectivos do sector, nas normas e princípios relativos a gestão e organização dos serviços com vista ao adequado aproveitamento dos recursos disponíveis;
- g) Assegurar a execução orçamental do sector e dos respectivos planos e programas, procedendo à sua avaliação;
- h) Promover a integração dos serviços no sistema de segurança social unificado, com respeito pelos condicionalismos próprios que os orientam;
- i) Apoiar, orientar e fiscalizar as instituições privadas de solidariedade social não lucrativas.

Art. 3.º — 1 — Compete-lhe, nomeadamente:

- a) Orientar e dirigir o sector, nomeadamente nos aspectos administrativos, contabilísticos e de gestão de pessoal;
- b) Assegurar a utilização do pessoal e do equipamento no âmbito do sector, garantindo o seu pleno e adequado aproveitamento;
- c) Coordenar e racionalizar a utilização dos

meios materiais, nomeadamente concernentes a gestão dos centros concelhios;

- d) Coordenar e racionalizar a utilização dos meios materiais, nomeadamente quanto a instalações e equipamentos;
- e) Contabilizar as operações inerentes à sua actividade;
- f) Dinamizar e coordenar as acções desenvolvidas por serviços diferenciados com vista à realização de objectivos comuns e promover a superação das lacunas verificadas na actuação;
- g) Elaborar e propor os planos a curto, médio e longo prazos, concernentes à sua esfera de acção, e garantir a sua execução;
- h) Definir as normas de execução necessárias ao funcionamento dos serviços, em obediência aos princípios gerais estabelecidos;
- i) Propor a aquisição e alienação de imóveis;
- j) Assegurar a articulação com os demais serviços da Secretaria Regional e, quando for caso disso, com outros órgãos e serviços com interesse no desenvolvimento no âmbito do sector;
- l) Arrecadar as contribuições e outras receitas que lhe sejam destinadas.

Art. 4.º — 1 — Constituem receitas do Centro:

- a) Comparticipação do orçamento da Região;
- b) Rendimentos de bens próprios;
- c) Subsídios, donativos, legados ou heranças;
- d) Outras receitas.

2 — O programa financeiro do Centro Regional de Segurança Social depende de aprovação da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que vigiará pelo seu cumprimento e pelas alterações que se revelam necessárias.

Art. 5.º — 1 — O Centro terá pessoal dirigente, técnico, administrativo e auxiliar que consta



do quadro de pessoal a aprovar nos termos da lei em vigor.

2 — O pessoal do Centro, bem como o dos centros concelhios nele integrados, fará parte de um quadro único ainda que a sua distribuição por serviços ou estabelecimentos e condição de transferência obedçam a critérios previamente fixados.

3 — O preenchimento dos lugares obedecerá às regras de nível nacional até à entrada em vigor do Estatuto Polício-Administrativo da Região.

4 — A reclassificação do pessoal obedecerá a critérios objectivos a definir oportunamente para os casos em que não existam normas de âmbito nacional, sendo, porém, salvaguardados os direitos adquiridos, conforme o artigo 4.º do Decreto Regional n.º 5/78/M.

Art. 6.º — 1 — O Centro está ao serviço de toda a população, ainda que esta, para ter acesso aos seus benefícios, deva preencher os requisitos previstos na legislação em vigor.

2 — Os benefícios prestados terão, quando for caso disso, a contrapartida definida em base objectiva e segundo juízo de equidade.

Art.º 7.º São órgãos de gestão do Centro:

- a) Conselho Regional de Segurança Social;
- b) Conselho directivo.

Art. 8.º — 1 — O Conselho Regional de Segurança Social tem a seguinte composição:

- a) Um representante da Secretaria Regional, que preside;
- b) Um representante da Assembleia Regional;
- c) Dois representantes das assembleias municipais;
- d) Dois representantes de associações sindicais;
- e) Um representante das instituições de solidariedade não lucrativas;
- f) Os membros do conselho directivo.

2 — Os membros previstos nas alíneas b, c) e e) são designados por um mandato de dois anos,

renovável, pelas entidades que representam, às quais compete também a sua substituição e recondução.

Art. 9.º — 1 — O Conselho Regional pode reunir desde que esteja presente a maioria dos seus membros em exercício.

2 — As deliberações são tomadas por maioria simples, tendo o presidente voto de qualidade.

3 — As tomadas de decisão são deliberativas quando incidirem sobre assuntos da sua competência inscritos na ordem de trabalhos.

4 — A ordem de trabalhos só pode ser alterada por unanimidade.

Art.º 10.º — 1 — Compete ao presidente a convocação das reuniões e a elaboração da respectiva ordem de trabalhos, dirigir e assegurar as tarefas correntes para o exercício normal da sua competência, nomeadamente quanto à elaboração das actas, expediente e assinatura dos termos de abertura e fecho dos livros de actas.

2 — Qualquer dos membros do Conselho Regional pode pedir a inscrição de assuntos na ordem de trabalhos que caibam no âmbito da sua competência.

3 — O Conselho Regional reunirá ordinariamente de três em três meses, podendo fazer as demais reuniões que se mostrem necessárias por iniciativa do conselho directivo ou de metade do número dos seus membros.

Art. 11.º — 1 — Os membros do Conselho Regional referidos nas alíneas b), c), d) e e) do artigo 8.º terão direito ao abono de senhas de presença e de despesas de deslocação e ajudas de custo quando tiverem de se deslocar, segundo o montante que for devido ao escalão mais elevado da função pública.

2 — Os membros previstos nas alíneas a) e f) do mesmo artigo terão direito ao abono de senhas de presença quando as reuniões tiverem lugar fora das horas de serviço.

3 — As despesas previstas no número precedente são suportadas pelo orçamento do Centro Regional de Segurança Social.

Art. 12.º — 1 — Compete ao Conselho Regional:

- a) Apreciar e aprovar os planos de acção anuais e plurianuais para o Centro;
- b) Emitir parecer sobre os correspondentes orçamentos anuais e plurianuais e suas alterações;
- c) Apreciar e aprovar a conta de gerência e o relatório anual do Centro;
- d) Avaliar as carências da população e propor as medidas tendentes a assegurar a resposta adequada a tais carências;
- e) Emitir parecer sobre a criação ou extinção de serviços;
- f) Emitir parecer sobre a realização de empréstimos, aquisição e alienação de imóveis, nos casos em que for legalmente viável, sob proposta do conselho directivo;
- g) Emitir parecer sobre os assuntos que lhe sejam apresentados pelo conselho directivo, nos limites da sua competência;
- h) Contribuir para a sensibilização das populações, tendo em vista as medidas de coordenação e integração orgânica e funcional a desenvolver no sector a nível regional.

2 — A competência do Conselho Regional não pode em caso algum ser delegada.

3 — Em caso algum poderá o Conselho Regional fazer a aplicação das directivas e orientações que definir.

4 — O Conselho Regional tem livro de actas próprio donde constarão todas as deliberações por ele tomadas.

5 — Poderão ser chamados a participar nas reuniões técnicos especializados em assuntos respeitantes ao sector.

Art. 13.º — 1 — O conselho directivo é constituído por três membros nomeados pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, por períodos renováveis de três anos, sendo um presidente e dois vogais.

2 — Caso a nomeação venha a recair em funcionários do Centro, estes mantêm entretanto os direitos inerentes aos quadros de origem, incluindo

do os de acesso, considerando-se o período de tempo de nomeação, para todos os efeitos, como serviço prestado nesse quadro.

Art. 14.º O conselho directivo é um órgão de acção permanente a quem compete gerir os serviços dele dependentes, promovendo a actualização contínua da sua estrutura e organização, tomando ou propondo as medidas necessárias para que as finalidades atribuídas na lei sejam prosseguidas em situação económica e financeira equilibrada.

Art. 15.º — Compete-lhe, em especial:

- a) Preparar os planos gerais de actividade do Centro, incluindo os respectivos orçamentos, e submetê-los ao Conselho Regional e às instâncias de tutela;
- b) Adoptar e propor as medidas necessárias à melhoria do funcionamento dos serviços e ao pleno aproveitamento da capacidade dos recursos materiais e humanos do Centro;
- c) Propor a criação e extinção dos serviços;
- d) Assegurar a regularidade da emissão e cobrança das receitas e do pagamento das despesas;
- e) Tomar as providências necessárias à conservação do património;
- f) Elaborar o orçamento anual e submetê-lo à apreciação do Conselho Regional e à aprovação superior;
- g) Elaborar e remeter ao Conselho Regional o relatório do exercício e as contas respeitantes ao ano anterior;
- h) Elaborar relatórios periódicos das actividades do Centro;
- i) Manter a população informada quanto ao funcionamento dos serviços e aos objectivos dos mesmos;
- j) Exercer a gestão do pessoal e a acção disciplinar dentro da competência que lhe for reconhecida;
- l) Proceder às aquisições por concurso ou por compra directa até aos limites permitidos

e às adjudicações que não seja possível inscrever em planos;

- m) Nomear as comissões de escolha de bens e produtos de consumo, com prévia audiência dos serviços utilizadores;
- n) Preparar os planos de investimento, submetê-los a aprovação e assegurar a sua execução;
- o) Promover à execução de obras de construção, beneficiação, ampliação ou remodelação de instalações aprovadas pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais;
- p) Autorizar as despesas de conservação e reparação quando o seu montante não exceder 400 contos;
- q) Autorizar a substituição de equipamento insusceptível de reparação até ao montante de 400 contos;
- r) Assegurar o cumprimento das normas e orientação dimanadas dos órgãos tutelares;
- s) Propor a elaboração de acordos de cooperação e a concessão de subsídios a instituições particulares de assistência para acções de segurança social;
- t) Definir e atribuir aos centros concelhios os fundos de maneo.

2 — Os membros do conselho directivo no desempenho das tarefas de execução que lhes são próprias poderão estabelecer entre si pelouros de actuação diferenciados, competindo neste caso ao presidente assegurar a coordenação e ainda a representação do Centro.

Art. 16.º — 1 — Os membros do conselho directivo são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício das suas funções, com excepção daquelas em que não tiverem intervindo na resolução ou as desaprovarem com declaração na acta da respectiva reunião.

2 — O conselho directivo representa o Centro em juízo e fora dele.

Art. 17.º — 1 — O conselho directivo reunirá sempre que se torne necessário e obrigatoriamente uma vez por semana.

2 — As reuniões não poderão efectuar-se sem a presença da maioria dos seus componentes.

3 — As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de qualidade.

4 — O conselho directivo possuirá livro de actas de todas as reuniões.

Art. 18.º O Centro terá os seguintes serviços:  
Administrativos;  
Técnicos específicos;  
Apoio técnico.

Art. 19.º — 1 — Os serviços administrativos, para além das funções que lhes são inerentes, asseguram o apoio burocrático e técnico-administrativo a todas as actividades do Centro.

2 — Estes serviços compreendem:

- a) Recepção e expedição de correspondência;
- b) Dactilografia;
- c) Arquivo;
- d) Pessoal;
- e) Contabilidade;
- f) Tesouraria;
- g) Património;
- h) Informativo;
- i) Reprografia;
- j) Aquisições;
- l) Armazéns;
- m) Viaturas;
- n) Centro de dados.

Art.º 20.º — 1 — Aos serviços técnicos específicos competem as funções que correspondem à realização dos fins cometidos ao Centro.

2 — Integram os seguintes departamentos;

- a) Infância e Juventude;
- b) População Activa, Família e Comunidade;
- c) Terceira Idade;
- d) Reabilitação e Reintegração Social.

Art. 21.º — 1 — Ao Departamento de Infância e Juventude incumbe, em geral, promover acções

destinadas a crianças e jovens, numa perspectiva de apoio à família como função supletiva desta, visando o seu desenvolvimento integral e a sua inserção na vida da comunidade e ainda cobrir situações de carência económica, através de prestações pecuniárias ou em espécie.

**2 — Compete-lhe, em especial:**

- a) Promover o bem-estar da criança e do jovem, designadamente pelo fomento de equipamento social, dentro de uma visão global e unitária da família;
- b) Efectuar o levantamento adequado da situação da criança e do jovem e avaliação das respostas que lhe vêm sendo dadas, tendo conta a participação das famílias;
- c) Intervir na concretização das colocações familiares e das adopções, permitindo uma inserção comunitária a toda a criança ou jovem privados de ambiente familiar normal;
- d) Enviar ao Centro Regional de Educação Especial os casos de crianças e jovens deficientes que se lhe apresentem ou detecte, quando carecidos de educação especial;
- e) Promover as medidas necessárias à integração da criança deficiente em ambiente normal;
- f) Assegurar o serviço social nos estabelecimentos oficiais e particulares de assistência, destinados à infância e juventude;
- g) Controlar o cumprimento das normas de funcionamento dos equipamentos compreendidas no seu âmbito;
- h) Assegurar o cumprimento das prestações pecuniárias ou em espécie compreendidas no seu âmbito;
- i) Propor ao órgão de tutela as tabelas de comparticipação dos utentes nos equipamentos sociais para a infância e juventude.

**Art. 22.º — 1 —** Ao Departamento da População Activa, Família e Comunidade incumbe assegurar o acolhimento, informação e orientação das pessoas e famílias, o estudo e coordenação das actividades destinadas à valorização e ajuda do indivíduo e da família e ao desenvolvimento integral da comunidade, actuando ainda nas situações de desajustamento económico, através de prestações pecuniárias ou em espécie.

**2 — Compete-lhe, especificamente:**

- a) O acolhimento das pessoas ou famílias e o estudo e tratamento social dessas situações, bem como informação e orientação para os serviços competentes;
- b) A ajuda aos indivíduos, famílias e grupos em situação de desajustamento através de prestações pecuniárias ou em espécie e a cobertura por meio do serviço social, quer se tratem de situações individuais quer de grupo;
- c) A coordenação de recursos visando atender os casos de menores anormais, deficientes ou socialmente desajustados, informando, orientando e promovendo a ligação com os outros sectores;
- d) A coordenação de recursos visando atender casos de pessoas idosas ou inválidas e ainda deficientes físicos e sensoriais, informando, orientando e promovendo a ligação com os outros sectores;
- e) Assegurar o cumprimento das prestações pecuniárias ou em espécie compreendidas no seu âmbito;
- h) Assegurar o cumprimento das prestações pecuniárias ou em espécie compreendidas no seu âmbito;
- f) A prestação, directa ou em colaboração com outras entidades, de socorros urgentes, por motivo de calamidades públicas ou sinistros, coordenando e orientando a utilização dos recursos públicos e a aplicação de donativos ou produtos de subscrição que se realizem.

**Art. 23.º — 1 —** O Departamento da Terceira Idade cobre acções destinadas ao correspondente grupo etário (60 e mais anos) e todas as pessoas que, pelo seu estado de diminuição, embora de idade mais baixa, se lhes possam comparar, criando e desenvolvendo condições que favoreçam a autonomia dos idosos e permitam evitar a sua desinserção social, familiar e comunitária, visando ainda cobrir situações de carência económica, através de prestações pecuniárias ou em espécie.

**2 — Compete-lhe, em especial:**

- a) Realizar ou apoiar o estudo e prospecção de problemas respeitantes a pessoas idosas, em colaboração com os demais departamentos, quando for caso disso, tendo em especial atenção os objectivos do Centro;
- b) Assegurar o apoio no estudo e divulgação de princípios a que deve obedecer a criação, instalação e funcionamento de estabelecimentos de serviços oficiais e de instituições particulares de assistência destinados a idosos;
- c) Fomentar e realizar actividades que tenham em vista a sensibilização das populações para a resolução dos problemas da terceira idade;
- d) Fomentar, desenvolver e orientar tecnicamente equipamentos sociais e serviços para idosos;
- e) Assegurar o serviço social dos estabelecimentos oficiais e particulares de assistência à terceira idade;
- f) Controlar o cumprimento das normas de funcionamento dos equipamentos sociais para a terceira idade;
- g) Propor ao órgão tutelar as tabelas de participação dos utentes dos equipamentos sociais para a terceira idade;
- h) Assegurar o cumprimento das prestações pecuniárias ou em espécie compreendidas no seu âmbito;
- i) Manter actualizado o inventário dos estabelecimentos particulares para a terceira idade.

Art. 24.º — 1 — O Departamento de Reabilitação e Reintegração Social visa acções de reabilitação dos deficientes intelectuais, físicos e sensoriais e a recuperação e integração na comunidade dos indivíduos socialmente desajustados.

2 — Compete-lhe, em especial:

- a) Assegurar a realização ou apoio no estudo e prospecção de problemas de reabilitação em colaboração com os demais departamentos, tendo em especial atenção os objectivos do Centro;

- b) Assegurar o apoio no estudo e divulgação de princípios a que deve obedecer a criação, instalação e funcionamento de estabelecimentos ou serviços oficiais e instituições particulares de assistência destinados à reabilitação dos socialmente desajustados, dentro da sua esfera de acção;
- c) Desenvolver acções que tenham por fim a integração social de diminuídos, visando cobrir situações de carência através de prestações pecuniárias ou em espécie, pensões, prestações complementares e subsídios vitalícios;
- d) Reintegrar deficientes e os socialmente desajustados na sua família, em estreita colaboração com o Departamento da População Activa, Família e Comunidade;
- e) Desenvolver e orientar tecnicamente os equipamentos sociais para os socialmente desajustados;
- f) Assegurar o serviço social dos estabelecimentos oficiais, bem como das instituições particulares de assistência destinados a deficientes ou socialmente desajustados.

Art. 25.º — 1 — O Centro disporá de serviços de apoio técnico constituídos por sectores específicos, incumbidos de prestar de forma permanente e sistemática todo o apoio consultivo aos órgãos de gestão e restantes serviços, através da realização de estudos, relatórios e pareceres necessários ao seu funcionamento e aperfeiçoamento.

2 — Os serviços de apoio técnico terão o seu plano de acção subordinado às necessidades do Centro, e actuação quer por iniciativa própria quer por solicitação dos restantes serviços.

3 — Os serviços de apoio técnico actuam, nomeadamente, nas seguintes áreas:

- a) Organização administrativa;
- b) Funcionamento dos serviços;
- c) Equipamento administrativo;
- d) Mecanização e informática;
- e) Estatísticas;
- f) Formação e aperfeiçoamento profissionais;
- g) Fiscalização;

h) Contencioso;

i) Documentação e informação.

Art.º 26.º O Centro assegurará transitoriamente a concessão dos benefícios extraordinários presentemente concedidos pelos serviços integrados até que os mesmos sejam objecto de esquema regulamentar.

Art. 27.º — 1 — Nos aglomerados onde as necessidades das populações, objectivamente avaliadas, o justifiquem, são criados centros concelhios integradores de todas as acções de segurança social, com aproveitamento dos recursos humanos e materiais que eventualmente possam existir.

2 — Os centros concelhios de segurança social visam uma acção descentralizada do sistema unificado de segurança social a nível da respectiva área, em ordem a garantir às populações formas directas de resposta, designadamente através da criação de equipamento social, de serviços de acção social e de outras prestações compreendidas no seu âmbito.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do presente artigo, deverão ser tomados em consideração, entre outros, os seguintes factores:

a) Área geográfica;

b) Condições locais em matéria de transporte;

c) Densidade demográfica e grupos etários;

d) Número de trabalhadores activos;

e) Outros factores com interesse.

Art. 28.º Os centros concelhios constituem unidades de acção directa dependentes do Centro Regional de Segurança Social e serão coordenados por uma comissão constituída pelos representantes de cada um dos sectores que correspondem aos departamentos e serviços do Centro Regional.

Art. 29.º — 1 — São atribuições dos centros concelhios:

a) Promover a execução na sua área das acções de segurança social determinadas pelo Centro Regional;

b) Coordenar a acção dos serviços e estabelecimentos locais do sector, na sua área de actuação.

2 — No exercício das suas atribuições, os centros concelhios articulam-se entre si mediante reuniões de coordenação, sem prejuízo das relações funcionais que os mesmos deverão estabelecer directamente com os respectivos departamentos e serviços regionais.

3 — Sempre que a situação aconselhe, o conselho directivo do Centro Regional solicitará às assembleias municipais parecer sobre as questões de interesse para o respectivo concelho, no âmbito do sistema unificado de segurança social.

Art. 30.º — A criação do Centro implica a transferência para o mesmo de todas as acções a cargo das instituições e serviços que nele ficam integrados, nomeadamente os referidos no artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/78/M, de 24 de Fevereiro.

Art. 31.º O presente diploma vigorará a título experimental pelo prazo de um ano, findo o qual sofrerá as adaptações que a experiência aconselhar.

Art. 32.º As dúvidas e omissões resultantes da aplicação deste Regulamento serão resolvidas por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Art.º 33.º O presente diploma entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves aJrdim*. — O Secretário Regional dos Assuntos Sociais, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz de Mendonça*.

Assinado em 2 de Junho de 1978.

Publique-se.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

---

#### SECRETARIAS REGIONAIS DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE E DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

---

##### Portaria n.º 42/78

O presente diploma tem por objectivo o actual regime de previdência social das bordadeiras de

casa da Região Autónoma da Madeira, instituído pela portaria n.º 775/73, de 8 de Novembro, nomeadamente quanto ao seu âmbito, forma contributiva e regime de prestações.

Com efeito, adentro do espírito inovador do que dispõe a Constituição da República, relativamente à Segurança Social, enquadram-se agora no sector as demais trabalhadoras ligadas ao ramo de bordar não contempladas no anterior diploma e até agora destituídas de quaisquer esquemas de prestações sociais.

As características específicas da actividade, continuam no entanto a aconselhar a adopção de um condicionalismo particular de enquadramento atendendo à forma como são exercidas as relações entre as bordadeiras e as firmas industriais para quem trabalham. Não tendo estas profissionais remunerações fixas e auferindo normalmente limitados recursos económicos estabelece-se um regime que, em certos aspectos, se afasta do esquema geral, sujeito a revisão, assim que as condições financeiras e contributivas do sector permitam corrigir as situações de desigualdades das prestações sociais.

Esta medida insere-se nos objectivos de harmonização dos regimes de protecção social dos trabalhadores por conta de outrem, tendo em vista a efectivação de um sistema unificado descentralizado e participado de segurança social.

Assim, é reconhecido ao pessoal agora abrangido e aos seus familiares, o direito à protecção na doença, extensiva aos descendentes e equiparados, na maternidade, na invalidez e velhice e, em caso de morte, a subsídio e a pensão de sobrevivência, nos termos regulamentados pelo Decreto n.º 45266, de 23 de Setembro de 1963 e legislação subsequente.

Por outro lado, o montante das contribuições até agora baseado num critério do número de pontos efectuados durante um mês, como forma de remuneração, é substituído por um sistema de percentagem a incidir sobre as remunerações pagas e auferidas, cabendo às entidades patronais a taxa de 6% e às trabalhadoras a de 2%.

Deste modo, nos termos do art. 3.º e al. a) do art. 5.º do Dec. Lei 426/77, de 13 de Outubro, determina-se:

- 1 — É alargado às bordadeiras de casa, filteiras e costureiras da Região Autónoma da Madeira, como beneficiárias, e às firmas para quem trabalham, como contribuintes, o âmbito das prestações do Centro Regional de Segurança Social e da Caixa Nacional de Pensões.

- 2 — Para os efeitos previstos no número anterior, será considerada bordadeira de casa, filteira e costureira toda a mulher, a partir dos 14 anos de idade, que, no processo de produção de bordados, execute no seu domicílio, para uma ou mais firmas industriais, os seguintes trabalhos:

#### Bordadeira de casa

- a) — Bordadeira manual de bordados da Madeira — a trabalhadora que executa bordados manuais em tecido com o desenho estampado, com pontos diversos, utilizando vários tecidos, tais como, algodão, linho, organdy, fibras sintéticas ou artificiais, lã, seda natural e, interpreta os desenhos e especificações sobre as cores e linhas a utilizar;
- b) — Bordadeira manual de tapeçaria (tela) — a trabalhadora que borda sobre tela, com o auxílio de agulhas, segundo os modelos originais e que utiliza vários tipos de pontos consoante a obra a executar (ponto grado, miúdo, goblin, alemão e tramé);
- c) — Outras bordadeiras manuais que executam trabalhos apenas em lã e outras fibras com o auxílio de agulhas (tricots)

Filteira — a trabalhadora que à volta de tecidos variáveis enrola bainhas usando para isso linhas da mesma cor do tecido e agulhas especiais.

Costureira — a trabalhadora que coze e arma à máquina peças de tecidos já bordado ou estampado.

- 1 — O regime de benefícios estabelecido na presente portaria compreende:

- a) — Protecção na doença, extensiva aos descendentes e equiparados, nos termos da regulamentação em vigor do regime geral de previdência.
- b) — Protecção na maternidade, mediante a concessão às benefi-

ciárias de assistência médica e medicamentosa, que compreenderá tratamento na gravidez, no parto e no puerpério, por médico ou parteira diplomada e, se necessário internamento em estabelecimento hospitalar, nos termos da regulamentação em vigor do regime geral de previdência.

c) — Protecção na invalidez e na velhice, nas condições previstas do esquema geral de previdência.

d) — Protecção em caso de falecimento, mediante a concessão de subsídio por morte e de pensão de sobrevivência que será atribuído ao cônjuge da beneficiária que, à data da morte desta, estivesse a seu cargo, nos termos da regulamentação aplicável à Caixa Nacional de Pensões.

4 — Em relação ao pessoal abrangido nos termos do n.º 1, da presente portaria, é fixado em 2% e 6% das retribuições, a taxa de contribuições relativa, respectivamente às trabalhadoras e às entidades patronais.

5 — As contribuições devidas pelo trabalho prestado em cada mês serão pagas do

dia 11 ao dia 20 do mês seguinte àquele a que disserem respeito, nos serviços centrais do Centro Regional de Segurança Social, em dinheiro, vale de correio ou cheque à ordem deste centro.

6 — Para efeito do cálculo de benefícios pecuniários, será considerado em relação ao pessoal abrangido, o salário convencional de 30\$00 diários.

7 — De acordo com o disposto no art.º 3 do Decreto-Lei n.º 479/73, de 27 de Setembro, sempre que se observe falta de cumprimento das obrigações impostas às entidades contribuintes, ficarão as mesmas sujeitas ao disposto no artigo 169.º do Decreto n.º 45266, de 23 de Setembro de 1963.

8 — Em tudo o que se não encontre expressamente regulamentado nesta portaria, observar-se-ão as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao regime geral de previdência.

9 — A presente portaria entra em vigor em 1 de Julho de 1978.

Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e Saúde e do Planeamento e Finanças, 22 de Junho de 1978. — O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*. — Pel'O Secretário Regional do Planeamento e Finanças. O Secretário Regional da Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

### Preço deste número: 24\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

#### ASSINATURAS

As duas séries Ano 1 100\$	Semestre ... .. 650\$
A 1.ª série 650\$	» ... .. 350\$
A 2.ª série 650\$	» ... .. 350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»